

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

CRISTIANELA SUSIN

CIDADANIA E ESPAÇO PÚBLICO EM HANNAH ARENDT

CURITIBA

2018

CRISTIANELA SUSIN

CIDADANIA E ESPAÇO PÚBLICO EM HANNAH ARENDT

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Filosofia, do Setor de Educação da UFPR, como requisito parcial à obtenção do grau de especialista.

Orientadora: Professora Doutora Maria Isabel Limongi

CURITIBA

2018

RESUMO

O presente trabalho refere-se ao estudo dos conceitos de cidadania e espaço público na teoria de Hannah Arendt, tendo como principais fontes as obras “A Condição Humana” e “A dignidade da política”. Através de revisão de literatura, análise de conteúdos e interpretação textual, foi possível elaborar um plano de aula para o segundo ano do Ensino Médio, que visa analisar as perspectivas dos estudantes sobre os conceitos estudados, tanto na teoria proposta, como também em sua prática no convívio em sociedade. Buscou-se promover algumas reflexões sobre como esse conhecimento nos possibilita compreender nossa participação política e pensar em ações que transformem nossa realidade. Por meio do exame de nosso atual cenário político, é possível perceber a decadência democrática em que nos encontramos enquanto país e que o sentido da política esta se perdendo. Diante disso, é possível encontrar na teoria da autora ideias que fundamentem uma reestruturação de nossa participação no espaço público.

Palavras-chave: Cidadania. Espaço público. Política. Participação.

ABSTRACT

The reference work is the teaching of concepts of citizenship and space theory theory of Hannah Arendt, having as main sources the works "The Human Condition" and "The dignity of politics." Through literature review, content analysis and textual interpretation, it was possible to elaborate a lesson plan for the second year of high school, as was also seen in its practice. not socializing. It sought to promote reflections on what is knowledge in the possibilities of our political participation and thinking in actions that transform our reality. Through the examination of its curriculum, it is possible to perceive the democratic decadence with respect to the country and the sense of politics is being lost. Given this, it is possible to find in the author's theory ideas that underlie a restructuring of our participation in the public space.

Keywords: Citizenship. Public place. Policy. Participation.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	05
2	VIDA ACTIVA.....	08
2.1	AÇÃO E DISCURSO.....	09
2.1.1	PODER E VIOLÊNCIA.....	11
2.2	CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS.....	12
2.3	O ESPAÇO PÚBLICO.....	14
3	PROPOSTA DE APLICAÇÃO EM SALA DE AULA.....	16
3.1	PROBLEMATIZAÇÃO.....	16
3.2	OBJETIVOS.....	16
3.3	CONTEÚDOS.....	16
3.4	METODOLOGIA.....	16
3.5	RECURSOS DIDÁTICOS.....	17
3.6	AVALIAÇÃO.....	17
4.	A CONTRIBUIÇÃO DO ESTUDO DE HANNAH ARENDT PARA O ENSINO MÉDIO.	19
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	21
6.	REFERÊNCIAS	23

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho pretende analisar os conceitos de cidadania e espaço público no pensamento de Hannah Arendt - importante pensadora da Política na Idade Contemporânea - e a partir da análise, espera-se construir uma reflexão sobre nosso papel de cidadão e o sentido que depositamos no espaço da pluralidade. A construção da reflexão partirá de uma proposta de aplicação metodológica sobre o tema para o Ensino Médio.

Em sua obra “A Condição Humana”, Arendt explana sobre as atividades que condicionam a vida humana, abordando uma perspectiva vital a partir de uma divisão conceitual denominada *vita activa*, onde há um desdobramento da vida humana em três atividades fundamentais que ocorrem no espaço público e privado: o labor, o trabalho e a ação. O labor é a atividade relacionada com os processos biológicos do corpo, que envolve o crescimento, o metabolismo e ainda seu próprio declínio, que busca atender as necessidades de sobrevivência tanto do indivíduo quanto da espécie, a condição do labor é a própria vida. O trabalho é a atividade relacionada à fabricação, de forma que o homem tem possibilidade de criar um mundo de coisas artificiais, produzindo bens duráveis que ultrapassam sua própria permanência, a condição do trabalho é a mundanidade. E a ação é a (única) atividade que se exerce entre os homens sem depender das coisas, relacionada à capacidade de agir e de falar, onde há a possibilidade de realizar a política, a condição da ação é a pluralidade.

A autora estabelece uma ordem hierárquica entre as atividades da *vita activa*, onde a ação ocupa a posição mais importante, uma vez que sua condição é a pluralidade, fica evidente que não é o indivíduo que habita a Terra e sim os indivíduos, que juntos dispõem de um espaço de plural, comum a todos eles, onde é possível emergir a organização política, através da manifestação de suas ideias usando o discurso e da prática de ações que sucedem a fala.

Sobretudo é no espaço público que o poder é formado, a partir da união das pessoas em prol de uma ação, que é comunicada pela fala. O discurso possibilita o indivíduo manifestar-se pelo bem comum, sem confronto e sem a supremacia de uma pessoa sobre a outra. Porém, quando o uso da palavra perde a importância,

insurge a violência, que é a única forma de ação muda, em todas as outras ações agimos na fala e a fala é ação.

A fim de melhor compreender a formação dos conceitos estudados aqui, é preciso adentrar brevemente à biografia da autora, que em sua trajetória sofreu uma ação política violenta. Hannah Arendt é uma pensadora nascida na Alemanha e de origem judaica, que viveu os horrores de regimes totalitários como o nazismo, chegando a ser presa em um campo de espera para ser enviada a um campo de concentração, de onde conseguiu fugir para viver nos Estados Unidos. Na Alemanha, Arendt não pertencia mais a classe dos cidadãos, perdendo o acesso aos direitos civis básicos, como o direito a vida. Nos Estados Unidos, apesar de não sofrer perseguição, levou anos para conquistar seu título de cidadã, condição que a levou a refletir sobre a importância de participar da cidadania.

Portanto, a autora enfatiza a seriedade da participação política enquanto uma condição de nossa espécie que se realiza em conjunto, o que nos faz entender a importância do espaço público e da constituição da cidadania, que é o direito a ter direitos.

O espaço público é o lugar onde os seres humanos tem a possibilidade de mobilizar-se, fazer o uso da palavra e oportunizar o novo, desenvolvendo o poder coletivo, como podemos perceber na obra a Condição Humana

(...) o poder passa a existir entre os homens quando eles agem juntos, e desaparece no instante em que eles se dispersam. (...) O único fator material indispensável para a geração do poder é a convivência entre os homens. Estes só retêm poder quando vivem tão próximos uns aos outros que as potencialidades da ação estão sempre presentes. O que mantém unidas as pessoas depois que passa o momento fugaz da ação (aquilo que hoje chamamos de 'organização') e o que elas, ao mesmo tempo, mantém vivo ao permanecerem unidas é o poder.(...)

Sua única limitação é a existência de outras pessoas, limitação que não é acidental, pois o poder humano corresponde, antes de tudo, à condição humana da pluralidade. (ARENDR, 2002 p. 250/251)

Através da participação política de cada indivíduo, configuramos o poder coletivo, que nos possibilita vivenciar nossa cidadania, de forma que os governados possam exercer algum tipo de controle sobre o Estado, a fim de usufruir de uma vivência com liberdade, como confirmamos com as palavras da autora

A participação dos cidadãos no governo, qualquer que seja a forma, só é tida como necessária para a liberdade por que o Estado, que necessariamente precisa dispor de meios de força, precisa ser controlado

pelos governados no exercício dessa força. (...) O que hoje entendemos por governo constitucional, não importa se de natureza monárquica ou republicana, é, em essência, um governo controlado pelos governados, restringido em suas competências de poder e em sua aplicação da força (...). (ARENDR, 2002 p. 29)

Deste modo, podemos experimentar a política com dignidade e garantir o exercício de nossa cidadania, de forma que a sociedade pode posicionar-se contra as decisões de um Estado, fazendo valer a sua voz e expressando sua indignação frente aos abusos de poder. Nessa perspectiva experimentamos a liberdade de ação dentro de um espaço plural e de direitos.

No entanto, é preciso despertar nos adolescentes - que no Brasil a partir dos 16 anos exercem seu direito político de votar - uma reflexão que lhes permita ter consciência de sua importância nas ações políticas. A proposta de aplicação desse tema para o Ensino Médio pretende partir do conhecimento comum dos estudantes sobre os conceitos de cidadania e espaço público, promovendo uma identificação com a temática, que será fundamentada com a leitura de fragmentos da obra de Arendt, procedida de um debate sobre o encadeamento dos conceitos. Assim, será possível desenvolver uma problematização do assunto através de questões motivadoras e organizar uma pesquisa de ações que indiquem respostas às problemáticas discutidas.

Com o intuito de refletir sobre os conceitos arendtianos tem-se a expectativa de analisar a condição política em que estamos situados, e quem sabe ademais promover ações de mudanças para o cenário político em que nos encontramos, que pode ser compreendido quando Hannah Arendt denuncia as consequências do descaso e do isolamento político: a destruição da democracia. Para tanto, é interessante conhecer textos filosóficos clássicos de diversas épocas com o propósito de buscar a compreensão da política em suas inúmeras ações, a exemplo da autora que inspira esse trabalho.

Ao pensarmos sobre a Política, compreendemos nosso espaço de exercício da cidadania, percebendo que um governo existe em relação aos governados, sendo os últimos não apenas marionetes que podem ser movidos ao puxar os fios, mas pessoas reais, que unidas tem poder de mudar sua realidade através da ação.

2 VITA ACTIVA

Em sua obra *A Condição Humana*, Arendt elabora uma análise sobre as capacidades humanas que decorrem da condição humana e que serão alteradas apenas quando modificarmos a própria condição humana. Fazem parte dessas capacidades o labor, que garante a sobrevivência da espécie, o trabalho, que nos possibilita fabricar um mundo artificial que supera a vida do fabricante e a ação, que sendo comunicada através da fala, ocorre na relação entre os homens, ou seja, na condição de pluralidade. Esse conjunto de atividades fundamentais ao ser humano é designado pela autora de *vita activa*.

O labor é a atividade que engloba as ações dedicadas a nossa sobrevivência, condicionadas pela própria existência da vida, tanto relacionado com as questões biológicas, como o metabolismo, o crescimento, como também com as tarefas que garantem a vida da espécie, em que se utiliza o corpo, como cozinhar, plantar, entre outros serviços domésticos, para tanto, ao labor cabem às atividades que visam à subsistência, e não a produção.

O trabalho é a atividade de fabricação, onde o homem transforma o que é natural em artificial, deixando no mundo sua obra, que pode ser relacionado à construção de uma casa, de utensílios, ou seja, de coisas que vão permanecer após o emprego da força, e que, portanto, podem ser acumuladas. Do produto do trabalho emerge a condição de objetividade no mundo, contra a subjetividade humana, sendo assim, a invariabilidade dos objetos contrapõe a variabilidade dos sujeitos, sendo condicionados pela mundanidade, de forma que os objetos fabricados pelas mãos humanas passam, a partir de sua existência, a condicionar também a vida humana, estabelecendo uma relação de interdependência, pois a existência humana é impossível sem as coisas que foram fabricadas, e as coisas fabricadas seriam incoerentes sem a existência dos humanos. (ARENDR, 2002)

A ação é a atividade que permite ao homem a possibilidade de escolha, portanto é expressão de liberdade. A ação é comunicada no discurso, onde se revelam as ideias para os outros, sendo condicionada pela pluralidade, uma vez que o ser humano não vive isolado, na ação o homem acessa o espaço público,

podendo iniciar novos processos ilimitados, como podemos perceber nas palavras da autora

(...) das três atividades, a ação é a mais intimamente relacionada com a condição humana da natalidade; o novo começo inerente a cada nascimento pode fazer-se sentir no mundo somente porque o recém-chegado possui a capacidade de iniciar algo novo, isto é, de agir. Neste sentido de iniciativa, todas as atividades humanas possuem um elemento de ação e, portanto, de natalidade. (ARENDR, 2002 p. 17)

Assim, a expressão *vita activa* não se refere à natureza humana, mas sim aos fatores que condicionam nossa existência, revelando as atividades pertencentes à esfera pública e à esfera privada, demonstrando que o espaço público é o espaço da ação, do novo e do engajamento em prol das mudanças, podendo romper limites e barreiras.

2.1 AÇÃO E DISCURSO

Hannah Arendt procurou pensar o espaço em que se desenvolve a política, sendo esta uma atividade que é um motor da vida coletiva, portanto só pode acontecer no espaço entre as pessoas, sem a mediação das coisas, onde nos encontramos ao lado do outro, tendo a oportunidade de nos comunicar, sendo possível mostrar nossa forma de pensar através da palavra, que existe para deter a violência, pois através da fala o indivíduo se manifesta honestamente pelo bem comum, sem confronto e sem supremacia de um humano sobre o outro. Esse espaço plural, que é a condição da vida política, segundo a autora, tem um aspecto de igualdade e diferença

Se não fossem iguais, os homens seriam incapazes de compreender-se entre si e aos seus ancestrais, ou de fazer planos para o futuro e prever as necessidades das gerações vindouras. Se não fossem diferentes, se cada ser humano não diferisse de todos os que existiram, existem ou virão a existir, os homens não precisariam do discurso ou da ação para se fazerem entender. (ARENDR, 2002, p. 188)

Na ação e no discurso o homem revela-se e distingue-se, afirmando sua posição de ser no mundo, essa manifestação através da fala e do agir representa um começo, toda ação tem a possibilidade de iniciar algo novo, portanto, a iniciativa

é o preceito da liberdade. O homem só pode ser livre entre seus pares, pois a liberdade consiste em agir, principalmente em prol da vida comum que é compartilhada na *pólis*. Nesse sentido apenas o ser humano é livre, uma vez que nem animais e nem divindades tem a possibilidade de agir em uma comunidade.

Por conseguinte, é a própria iniciativa que torna a ação uma condição humana, pois a vida sem o início do agir não é uma vida humana, além disso, a ação destaca-se das outras atividades da *vita activa*, uma vez que é possível viver sem prover o seu sustento, sem trabalhar e até mesmo sem acrescentar sequer uma fabricação sua ao mundo, mas é inconcebível viver sem agir. A ação não nos é imposta pela necessidade, nem se rege pela utilidade, podendo ser estimulada, mas nunca condicionada, pela presença dos outros com quem vivemos. (ARENDDT, 2002)

Cada indivíduo ao nascer, representa essa capacidade de começar algo inesperado, pois somos seres singulares, e essa particularidade é manifestada pelo discurso, que revela seu agente. A ação e o discurso não tem relevância política se compreendidos separadamente, uma vez que a ação que não revela seu ator, apenas pretende ser o meio para alcançar um fim, que não se distingue da produção, e por sua vez, a fala que não é procedida por um ato, é somente conversa, ou linguagem usada para a finalidade de comunicar-se, podendo ser substituída por uma linguagem de símbolos, como afirma a autora

Sem a revelação do agente no ato, a ação perde seu caráter específico e torna-se um feito como outro qualquer. (...) Isto ocorre sempre que deixa de existir convivência, quando as pessoas são meramente “pró” ou “contra” os outros(...). Desprovida de um nome, de um “quem” a ela associado, a ação perde todo o sentido. (2002, P. 193)

Portanto, abster a identificação do sujeito na ação é, por conseguinte, negar a própria dignidade humana, sendo impraticável a transformação do mundo que habitam e também impossibilitando a existência da política e a consolidação do poder, pois este

só é efetivado enquanto a palavra e o ato não se divorciam, quando as palavras não são vazias e os atos não são brutais, quando as palavras não são empregadas para velar intenções, mas para revelar realidades, e os atos não são usados para violar e destruir, mas para criar novas realidades. (ARENDDT, 1958, p. 41-42)

Desse modo, o sujeito que inicia uma ação e revela quem é através da fala, demonstra coragem de participar coletivamente, entre os homens, e deixar seus feitos para compor a história, como também evidencia sua liberdade. A ação e o discurso mostram nossas potencialidades, e o poder só existe quando os indivíduos agem juntos.

2.1.1 Poder e Violência

A autora estabelece diferenças entre os conceitos de poder e de violência, por acreditar que o poder se alcança com o consenso da maioria e não com o uso da força e da violência para impor o pensamento de poucos. O poder consiste, então, que as pessoas reconheçam a figura de quem está no poder, enquanto a violência é a anulação do consenso, legitimando o uso da força para manter-se no comando, demonstrando que não possuem apoio dos cidadãos.

Na concepção de Arendt, poder e política estão relacionados com a liberdade, a cooperação e a ética. A política e o poder se manifestam no bem comum, na relação das pessoas, na pluralidade humana, na organização das diversidades em garantir a vida e a sinergia do ser com o meio ambiente, ela demonstra através de seu pensamento sobre poder, que retoma a ideias de outra tradição do pensamento político, qual seja, a Greco-romana, onde fundamenta-se o conceito de poder, através do consentimento e não da violência. Conceitua ela, que todo governo depende de várias opiniões e a violência se impõe sobre essas opiniões, sendo assim conclui que a extrema forma de obter o poder é agindo todos contra um, e a extrema forma de violência é a ação de um contra todo o restante. (MURATT, p. 5)

A fim de justificar sua posição sobre o poder, Arendt buscou em muitos autores a referência de poder, percebendo que vários - entre eles Jean Bodin, Thomas Hobbes, Voltaire - associam o poder ao domínio de um homem sobre o outro, ou seja, quando alguns se submetem à vontade de outros, como também evidencia que as estruturas burocráticas exercem esse domínio sobre a população, de forma ainda mais grosseira, uma vez que nesse sistema é impossível a identificação de um responsável pelo exercício do poder.

Para Arendt, o poder só pode acontecer no espaço da aparência, ou seja, quando o ser age e revela-se através da fala, e o mesmo desaparece quando os homens não estão mais unidos. O poder, tanto quando o discurso e a ação, gera

potencialidades, portanto ocorre quando é efetivado, não podendo ser armazenado, como é possível com os instrumentos da violência.

A violência é, por sua própria natureza, instrumental; como todos os meios, está sempre à procura de orientação e de justificativas pelo fim que busca. E aquilo que necessita de justificar-se através de algo mais não pode ser a essência de coisa alguma. (...) a estrutura do poder por si própria parece e permanece além de todos os objetivos, de maneira que o poder, longe de ser o meio para a consecução de um fim, é realmente a própria condição que possibilita a um grupo de pessoas pensar e agir em termos de meios e fim. (...) O poder não precisa de justificativas, sendo inerente à própria existência das comunidades políticas; mas precisa, isto sim, de legitimidade. (1985, p. 32)

Para tanto, o poder não tem necessidade de ser materializado e só é limitado quando não há a presença de outras pessoas, por isso não pertence ao indivíduo, mas sempre a um grupo de pessoas unidas em consenso, por isso, segundo Arendt (2002, p.213) “o que mantém as pessoas unidas depois que passa o momento fugaz da ação (aquilo que hoje chamamos de “organização”) e o que elas, por sua vez, mantêm vivo ao permanecerem unidas é o poder.”

Nesse sentido é possível dividir o poder sem diminuí-lo, diferente do que acontece, por exemplo, com a força, que comumente expressa um posicionamento de contrariedade, podendo ser exercida através da coação e da violência. O poder construído pela coletividade nos permite o exercício da política, e com isso percebemos o nosso pertencimento enquanto agentes de uma vida em comum. As reflexões de Arendt sobre o poder e a violência contribuíram de forma significativa na construção dos direitos humanos e da cidadania.

2.2 CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS

Durante a modernidade, a cidadania é o que garantia o acesso aos direitos, porém os acontecimentos que fizeram o mundo conhecer a violência de regimes totalitários, como o nazismo na Alemanha, mostraram que pelo uso da força, foi possível relegar a um povo o direito de ser cidadão, perdendo inclusive o direito a vida. O povo judeu, perseguido durante a modernidade, deixou de ser visto com igualdade, foi expatriado, não tinham mais um estado ou uma pátria para pertencer e

que lhes garantisse segurança e sequer tinham para onde ir, passaram a ser descartáveis, perdendo assim a própria condição humana.

Diante desses fatos, Arendt percebe que o acesso e a garantia de direitos não pode estar ligado apenas a nossa condição de cidadãos, mas deve estar conectado com a nossa condição de ser humanos, propondo a construção de direitos humanos internacionais, pois os apátridas não estavam sendo julgados por ações que praticaram e sim por suas características étnicas.

Algo mais fundamental do que a liberdade e a justiça, que são os direitos do cidadão, está em jogo quando deixa de ser natural que um homem pertença a uma comunidade em que nasceu, e quando o não pertencer a ela não é um ato da sua livre escolha, ou quando está numa situação em que, a não ser que cometa um crime, receberá um tratamento independente do que ele faça ou deixe de fazer. Esse extremo, e nada mais, é a situação dos que são privados de seus direitos humanos. São privados não de seu direito à liberdade, mas do direito à ação; não do direito de pensarem o que quiserem, mas do direito de opinarem. Privilégios (em alguns casos), injustiças (na maioria das vezes) bênçãos ou ruínas lhes serão dados ao sabor do acaso e sem qualquer relação com o que fazem, fizeram ou venham a fazer. (2006, p. 330)

A autora evidencia que ao perder os direitos de cidadãos, perde-se também o pertencimento a uma comunidade política, tornando-se alheios à própria condição humana de agir e comunicar-se entre pares, assim, quando falamos em direitos humanos, não podemos restringir apenas ao ser que pertence a um povo, mas garantir que todos os indivíduos, enquanto pertencentes à espécie humana, tenham acesso aos direitos fundamentais.

Ao analisar teorias como o jusnaturalismo e a Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão, e posteriormente a Declaração Universal dos Direitos do Homem da ONU, Arendt critica o princípio de igualdade que estas apresentam, uma vez que

A igualdade, em contraste com tudo o que se relaciona com a mera existência, não nos é dada, mas resulta da organização humana, porquanto é orientada pelo princípio da justiça. Não nascemos iguais: tornamo-nos iguais como membros de um grupo por força da nossa decisão de nos garantirmos direitos reciprocamente iguais. (2006, p. 335)

Dessa forma, precisamos buscar nossa igualdade na vida política que acontece no espaço entre as pessoas, como agentes participativos e não apenas

sujeitos de direitos, mas atores que através de sua liberdade de ação elaboram em conjunto e consenso os direitos, caracterizando assim sua própria cidadania.

Para tanto, a cidadania não deve ser entendida como defesa de uma constituição de direitos, isto seria reduzir o seu sentido, uma vez que não há garantia de que o indivíduo participe de sua formulação. A fim de garantir nosso acesso aos direitos, precisamos fortalecer o espaço comum de onde floresce a política, pois esta constitui nossa possibilidade de sermos iguais, de podermos dialogar e organizarmo-nos em favor de uma comunidade, exercendo assim nosso direito de cidadão.

2.3 O ESPAÇO PÚBLICO

A autora estabelece uma distinção entre o espaço privado e o espaço público, sendo o primeiro reservado para a vida íntima, enquanto no segundo, que é o espaço comum, era possível ao indivíduo distinguir-se dos outros, demonstrando através de atos e feitos quem realmente eram. Apenas o espaço público oferece ao ser humano a excelência, pois esta por definição necessita da presença do outro para ser percebida.

O surgimento da cidade-estado significava que o homem recebera, além de sua vida privada, uma espécie de segunda vida, o seu *bios politikos*. Agora cada cidadão pertence a duas ordens de existência; e há uma grande diferença em sua vida entre aquilo que lhe é próprio e o que é comum. (ARENDR, 2002, p. 33)

Portanto o espaço da casa ficava reservado ao lar, onde nem sempre o debate é possível e existe o poder do chefe familiar sobre os demais membros, já no espaço da *pólis*, a ação e a fala tem lugares garantidos, oportunizando a estruturação de um poder coletivo, ou seja, da organização política. A esfera pública também é o espaço em que é possível transcender nossa permanência no mundo, uma vez que este mundo comum a todos que nele vivem já existia antes do nascimento de um determinado indivíduo e vai permanecer além de sua morte, de acordo com Arendt (2002, p.108) “a política não tem tanto a ver com os homens como tem a ver com o mundo surgido entre eles e que sobreviverá a eles”.

O espaço público nos permite ver e ouvir, sermos vistos e ouvidos, sendo um espaço de aparência, que constitui nossa realidade, em contrapartida ao espaço privado, a presença dos outros garante a realidade dos homens e do mundo. Esse espaço também significa que o mundo habitado por nós, nos é comum, ao mesmo tempo em que cada um de nós ocupa um lugar mundano diferente.

Portanto, a esfera pública representa algo que nos une, uma vez que queremos algo em comum, e ainda, algo que nos diferencia, mas não de forma conflitante, apenas permitindo a manifestação de nossa singularidade, demonstrando as percepções de ângulos diferentes, de todos que veem e ouvem.

Apenas no espaço público o ser humano encontra-se livre para agir, portanto desta liberdade de escolhas nasce e permanece o sentido da vida política. Arendt baseia seu conceito de política na democracia ateniense, demonstrando que a política só é digna quando os interesses pessoais não se sobressaem sobre os interesses gerais, sendo estes debatidos em comunidade em prol do bem comum, partindo dessa realidade garantimos nossa permanência no mundo.

Hannah Arendt ao estudar e refletir sobre a política nos faz perceber que essa não pode ser realizada por um indivíduo, mas sim no espaço entre as pessoas, que em conjunto partilham o poder e participam agindo em sua comunidade. O espaço público foi construído com a democracia, para tanto, é essencial a existência da esfera comum, pois quando o espaço privado loteia o público, não há mais condições para convivência e a política perde seu sentido.

3 PROPOSTA DE APLICAÇÃO EM SALA DE AULA

3.1 PROBLEMATIZAÇÃO

De que forma podemos mudar nossa ação política a partir do entendimento dos conceitos de cidadania e poder coletivo no pensamento de Hannah Arendt?

3.2 OBJETIVOS

- Refletir sobre os conceitos de cidadania e espaço público;
- Conhecer estes conceitos na teoria de Hannah Arendt;
- Analisar nossa participação política;

3.3 CONTEÚDOS

Conteúdo Estruturante: Política

Conteúdos Básicos	Conteúdos Específicos
- Cidadania formal e/ou participativa;	- Formas, regimes e sistemas de governo; - Participação política e cidadania; - Cidadania e Espaço Público na teoria de Hannah Arendt;

3.4 METODOLOGIA

Para realização desde plano de aula, serão utilizadas 6 horas/aula.

Aula expositiva sobre os modelos, regimes e sistemas de governo, utilizando quadro e giz, e identificação do governo de nosso país segundo as informações apresentadas. Na sequência será realizado com os estudantes um diálogo, a fim de saber os conhecimentos que possuem sobre cidadania e espaço público, com anotação das respostas em formato de esquema no quadro. Após o diálogo, os alunos devem pesquisar em dicionários e anotar os significados de cidadania e

público em seus cadernos, em seguida faremos um debate sobre a importância desses conceitos.

Realizaremos a leitura de fragmentos da obra de Hannah Arendt, possibilitando o conhecimento dos conceitos de cidadania e espaço público, com aula expositiva e debate em grupos (divisão de seis grupos, considerando a média de 35 alunos), seguido de apontamentos no caderno e questões para reflexão, com o intuito de perceber como o pensamento da autora pode nos ajudar a pensar nosso papel de cidadão e agente político.

A partir das respostas às questões solicitadas, as equipes devem debater e pesquisar dados elucidativos sobre as consequências encontradas e alternativas que apontem mudanças desse cenário e apresentá-las em formato de seminário para a turma.

3.5 RECURSOS DIDÁTICOS

Para realização deste plano serão utilizados os seguintes recursos: quadro, giz, computadores para pesquisa, textos filosóficos, dicionários, televisão ou data show e cartazes.

3.6 AVALIAÇÃO

A partir da leitura e debate dos fragmentos da obra de Hannah Arendt, os grupos deverão responder as seguintes questões reflexivas:
Grupo 1: De quem é o espaço público? De todos ou de ninguém? A preocupação com o espaço público é a mesma com o espaço privado? Quais as consequências de não preocupar-se com o bem público?

Grupo 2: O que é o espaço privado? O que faz parte da privacidade? Existem pessoas que não possuem espaço privado? Quais as consequências de nossas relações com o espaço privado?

Grupo 3 e 4: Quais são nossos direitos fundamentais? Quem deve garantir os direitos? Existem grupos de pessoas que tem seus direitos lesados? Quais as consequências da ausência de direitos?

Grupo 5 e 6: Qual é regime de governo de nosso país? O que é participação política? Quem pode e como pode participar? Quais as consequências de não participar da política?

Após o debate, os alunos devem pesquisar dados elucidativos sobre as consequências encontradas e alternativas que apontem mudanças desse cenário e apresenta-las em formato de seminário para a turma. A soma das atividades será avaliada com peso 10,0, através dos seguintes critérios de avaliação: capacidade de sintetização; apresentar informações coerentes e verídicas; oralidade; domínio de conteúdo; interpretação; pontualidade; senso crítico.

4 A CONTRIBUIÇÃO DO ESTUDO DE HANNAH ARENDT PARA O ENSINO MÉDIO

Estudar a construção da ideia de política na teoria de Arendt nos permite compreender a dignidade da política. A partir da reflexão sobre o desenvolvimento político ao longo da história e de eventos impactantes para a vida em comunidade, entendemos a diferença entre o poder coletivo e o domínio, de forma que o primeiro visa à democracia, e o segundo a imposição da ideia de poucos, podendo ser exercido de forma opressora e cruel. Além disso, o pensamento da autora nos instiga a analisar a realidade política atual, bem como sugere alternativas que podem ser desenvolvidas na vida em comunidade para resgatar o sentido da política.

Dois anos após o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, o *site* Valor Econômico divulgou uma pesquisa que aponta que 47,9% dos entrevistados acreditam que a presidenta foi vítima de um golpe, 43,5% entenderam que impeachment foi um evento "normal" que "faz parte do processo democrático" e outros 8,6% não sabem dizer. O levantamento foi feito pelo Instituto da Democracia e da Democratização da Comunicação, ligado ao Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia (INTC), envolvendo universidades e pesquisadores de diversas instituições acadêmicas. A pesquisa foi realizada em março de 2018, com 2.500 pessoas domiciliares em 179 municípios. A partir desses dados, percebemos que parte expressiva da população entende que nossos direitos democráticos (neste caso, o voto) foram vilipendiados em um golpe articulado. No decorrer destes dois anos outros fatores colaboram para o empobrecimento da democracia em nosso país, através de medidas e reformas que não foram amplamente apreciadas e debatidas pela população.

Portanto, é urgente a necessidade de analisar nossa participação em prol da transformação política, como também compreender nosso pertencimento dentro do espaço público. Ainda mais, é imprescindível o resgate da crença nas mudanças que podemos promover se entendermos a dimensão do poder coletivo, para que o sentido da política não se perca, pois uma política sem dignidade é o fim da ação coletiva. Arendt nos impulsiona com o pensamento de que o nascimento de um indivíduo sempre representa o novo, de forma que investir na consciência política

dos jovens é um empreendimento que pode nos fazer reverter nossos problemas políticos, construindo uma cidadania digna e uma política significativa.

Desse modo, com esse estudo e sua aplicação em sala de aula, espera-se promover um engajamento da juventude no debate político, como também pensar ações que podem ser realizadas em nosso meio social, a fim de construir uma comunidade mais democrática, visando o bem comum.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho aborda de forma conceitual a teoria de Hannah Arendt no que se refere ao espaço público e a cidadania e propõe uma aplicação de conteúdos, que foram elaborados em um plano de aula, com o objetivo de refletir sobre esses conceitos em nossa realidade, traçando um paralelo com a teoria da autora, para que então, possamos analisar nossa participação na política.

Arendt explica que a política só é possível em um espaço plural e de ação, por isso, o espaço público é essencial. A vida humana se divide entre o espaço privado e o público, porém é no segundo que podemos transformar a realidade e adentrar para história, pois nele, podemos agir, dar início a diversos processos de mutabilidade. Apenas quando agimos em comunidade é que estamos exercendo nossa cidadania, que na concepção da autora, é o direito a ter direitos. Nosso acesso aos direitos deve ser garantido pelo simples fato de pertencermos à espécie humana, e não por fazer parte de um povo, ou nação. Por isso, a cidadania é praticada quando os indivíduos buscam juntos soluções para os problemas encontrados em sua vivência.

Percebemos que os conceitos da autora se referem a uma política de regime democrático, onde é efetiva a participação das pessoas no exercício do poder, que só existe pela união e partilha. Assim, é possível trazer essa reflexão para a atualidade, com o intuito de analisar o que ainda resta de dignidade na prática da política em nosso país.

Na medida que este estudo é aplicado em uma metodologia de aula para o Ensino Médio, tem-se a pretensão de mobilizar os jovens para a reflexão política, interpretando que estes representam o novo, a iniciativa que pode gerar a mudança. Porém, para alterar a sociedade é preciso antes analisá-la, como o exemplo de Arendt, que elucidou a formação dos regimes totalitários, baseando na realidade que viveu.

Desta forma, essa pesquisa pode ser continuada de algumas perspectivas, como por exemplo, um estudo de nosso cenário político, podendo retratar diversos períodos da história de nosso país em que a política foi forjada por interesses particulares, elencando os conceitos da autora. Outra linha de pesquisa que pode

ser desenvolvida é a proposição de atividades que aumentem a participação comunitária.

A partir do desenvolvimento do presente estudo, foi possível compreender que está nas mãos da população o destino da política, e que é necessário um entrosamento maior dos indivíduos nas ações do espaço público, caso contrário, nossa fala será apenas lamentação. Nesse sentido a relevância deste trabalho consiste em despertar o interesse para questões da vida em comunidade.

6 REFERÊNCIAS

ARENDDT, Hannah. **A Condição Humana**, trad. Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 10 ed., 2002.

ARENDDT, Hannah. **Da Violência**, trad. Maria Claudia Drummond Trindade. Brasília: Universidade de Brasília, 1985.

ARENDDT, Hannah. **O que é política?**, trad. de Reinaldo Guarany. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

ARENDDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**, trad. Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

ECO, Umberto (1997). **Como se faz uma Tese**, trad. Ana Falcão Bastos e Luís Leitão. São Paulo: Editorial Presença, 1997.

LAFER, Celso. **A Reconstrução dos Direitos Humanos: um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

Material digital:

BONFIM, Cacilda. **A despolitização moderna à luz do pensamento de Hannah Arendt**. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/cognitio/article/view/7479>> Acesso em: 15 de novembro de 2017.

JUSBRASIL. Disponível em: <<https://arianamuratt.jusbrasil.com.br/artigos/155454164/hannah-arendt-e-a-dimensao-dos-direitos-humanos-poder-e-liberdade>> Acesso em: 10 de março de 2018.

SILVA, Ivonei F. **Arendt: ação, discurso e esfera pública**. Dissertação (Mestrado em Interinstitucional em Filosofia) – Setor de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2009. Disponível em: <<http://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/9061/SILVA%2c%20IVONEI%20FREITAS%20DA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso em: 03 de abril de 2018.

TORRES, Ana P. R. **O sentido da política em Hannah Arendt**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/trans/v30n2/a15v30n2.pdf> > Acesso em: 15 de novembro de 2017.

VALOR ECONÔMICO. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/politica/5506245/para-48-dos-brasileiros-dilma-sofreu-golpe-em-2016> > Acesso em: 07 de maio de 2018.